

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

CNPJ/MF: 61.082.962/0001-21

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em obediência às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das sociedades por ações, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/03/2024, acompanhado das Notas Explicativas. **Resultado do Exercício:** Do lucro do exercício de R\$ 206.610.579,25, após a constituição da reserva legal de R\$ 10.330.528,96 e a reversão da reserva de reavaliação de R\$ 492.206,79, apurou-se um lucro final de R\$ 196.772.257,08. O dividendo mínimo obrigatório de R\$ 49.193.064,27. O saldo remanescente de lucros acumulados de R\$ 147.579.192,81 foi destinado para a reserva de lucros/reserva estatutária operacional. A Administração propõe aumentar o capital social em R\$ 43.000.000,00 por meio da capitalização de parte da reserva de lucros/reserva estatutária operacional, em atendimento ao quanto previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do art. 22 do Estatuto Social da Companhia. Todos os assuntos relacionados ao balanço, demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, demonstrações financeiras estas, devidamente auditadas pela

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, serão discutidos na próxima Assembleia Geral dos Acionistas. **Agradecimentos:** Ao término de mais um ano, agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação e aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança depositada na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Jussara-PR, 30 de abril de 2024

A Diretoria

Demonstração dos Resultados Exercícios Findos em 31 de Março (Em milhares de Reais)

Ativo	Balanço Patrimonial em 31 de Março (Em milhares de Reais)			
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8 1.733	3.852	93 288	
Aplicações financeiras	8 577.809	596.159	399.956 488.297	
Contas a receber de clientes	9 14.877	11.007	1.919 2.509	
Contas correntes - Cooperativa	10 44.603	36.052	26.850 36.052	
Estoques	11 193.149	203.632	136.406 133.405	
Ativo biológico	12 332.398	294.313	211.669 197.400	
Impostos a recuperar	13 81.085	78.838	34.903 62.982	
Adiantamento a fornecedores	11.309	5.267	9.670 5.043	
Outros créditos	14 8.220	13.443	29.040 7.754	
Total do ativo circulante	1.265.183	1.242.563	850.506 913.730	
Não circulante				
Aplicações financeiras	8 35.552	32.314	35.552 32.314	
Contas a receber de clientes	9 13.456	10.759	358 203	
Estoques	11 48.535	41.588	8.212 14.472	
Depósitos judiciais	27 21.008	20.935	20.291 20.353	
Impostos a recuperar	13 31.080	42.824	23.722 22.772	
Outros investimentos	16 3.929	3.929	3.929 3.929	
Outros créditos	14 4.775	5.967	2.497 2.352	
Instrumentos Financeiros Derivativos	23 58.609	52.819	58.609 52.819	
Tributos diferidos	15 213.169	216.308		
Investimentos	17 132.614	136.899	1.163.672 1.000.009	
Propriedade para investimentos	18 103.455	102.789	62.657 62.071	
Imobilizado	19 1.817.931	1.612.792	1.061.964 968.888	
Direito de uso	20 646.786	564.421	348.606 340.039	
Intangível	36.540	36.896	—	
Total do ativo não circulante	3.167.439	2.881.240	2.790.069 2.520.221	
Total do ativo	4.432.622	4.123.803	3.640.575 3.433.951	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Março (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de março de 2022	Reservas de lucros						
	Capital social	Acções em Tesouraria	Reserva de reavaliação	Incentivos Fiscais	Estatística operacional	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial
346.234	(11.830)	2.174	56.282	12.028	453.100	—	1.518
Participação dos administradores no lucro						(7.900)	
Aumento do capital com reserva de lucros	161.766	—	(528)	(12.028)	(149.738)	—	—
Realização da reserva de reavaliação						528	
Compra de ações em tesouraria		(219)	—	—	—	—	(219)
Instrumentos financeiros - hedge accounting		—	—	—	—	(14.054)	(14.054)
Constituição de efeitos reflexos em investida		—	—	—	27.446	(27.446)	—
Outros resultados abrangentes em investida		—	—	—	—	—	—
Dividendos não reclamados		—	—	—	97	—	97
Lucro líquido do exercício		—	—	—	293.453	—	293.453
Destinação do lucro líquido:		—	—	—	—	—	—
Constituição de reserva legal		—	—	—	—	—	—
Constituição de reserva de incentivos fiscais		—	—	—	14.673	(14.673)	—
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	59.472	(59.472)	—
Constituição de reserva estatutária		—	—	—	—	54.959	(54.959)
Saldo em 31 de março de 2023	510.000	(12.049)	1.646	70.955	59.472	487.882	(16.410)
Participação dos administradores no lucro					(11.400)	(40.528)	(11.400)
Aumento de capital com reserva de lucros		100.000	—	(59.472)	—	492	—
Realização da reserva de reavaliação		—	(492)	—	—	—	(30.123)
Instrumentos financeiros - hedge accounting		—	—	—	—	3.276	3.276
Outros resultados abrangentes em investida		—	—	—	108	—	108
Dividendos não reclamados		—	—	—	—	206.610	206.610
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—
Destinação do lucro líquido:		—	—	—	10.330	(10.330)	—
Constituição de reserva legal		—	—	—	—	(49.193)	(49.193)
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	—	—	—
Constituição de reserva estatutária		—	—	—	147.579	(147.579)	—
Saldo em 31 de março de 2024	610.000	(12.049)	1.154	81.285	583.641	—	(43.257)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras							

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlladas	Reservas de lucros						
	Capital social	Acções em Tesouraria	Reserva de reavaliação	Incentivos Fiscais	Estatística operacional	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial
Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar	Brasil 100,00%	100,00%	—	—	—	—	—
Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	Brasil 99,97%	99,96%	—	—	—	—	—
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	Brasil 100,00%	100,00%	—	—	—	—	—
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	Brasil 100,00%	100,00%	—	—	—	—	—
Percentual de Participação *							
	País de domicílio	31 de março de 2024	31 de março de 2023				
(*) Considerando a participação direta e indireta. 3. Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente consideram as informações relevantes das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos, propriedades para investimentos, seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram autorizadas pela administração da Companhia em 30 de abril de 2024. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas. As demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 3.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2023: Alteração no CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis" para "políticas contábeis materiais" e "políticas contábeis não materiais". Essa alteração também define o conceito de materialidade das alterações de políticas contábeis. 4. Alteração no CPC 1 - Aplicação da regra de liquidez: alteração da regra de liquidez para permitir que os ativos e passivos financeiros sejam classificados como passivos financeiros quando não houver evidência de que os ativos financeiros possam ser liquidados dentro de 12 meses. 5. Alteração no CPC 2 - Arrendamentos: alteração da regra de liquidez para permitir que os ativos e passivos financeiros sejam classificados como ativos financeiros quando não houver evidência de que os passivos financeiros possam ser liquidados dentro de 12 meses. 6. Alteração no CPC 3 - Impairment: alteração da regra de liquidez para permitir que os ativos e passivos financeiros sejam classificados como ativos financeiros quando não houver evidência de que os passivos financeiros possam ser							

***continuação** Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024 da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e suas controladas irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais para o período corrente são as seguintes:

	Média ponderada	Consolidado	Controladora
Equipamentos agrícolas	7%	7%	
Construções e instalações	2%	2%	
Equipamentos de escritório	8%	8%	
Equipamentos de transporte	6%	6%	
Equipamentos técnicos	4%	4%	
Plantas portadoras	17%	17%	
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. No exercício, não houve alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.			
g. Propriedade para investimento: A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total do aluguel, durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como receita operacional.			
h. Parcerias agrícolas e arrendamentos: Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber); • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos manidos pelo Grupo, sem financiamento recente.			
As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes da data, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. Opções de prorrogação e extinção: As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador. i. Estoques: Os estoques são mensurados pela menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trânsito às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Os imóveis a comercializar são avaliados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos das despesas com vendas. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados durante a safra seguinte. Referente a créditos de descarbonetização (CBIOs), o reconhecimento inicial é o valor justo menos despesas de venda. Após o reconhecimento inicial o CBIO passa a seguir o CPC 16 de estoques, com avaliação de impairment desse ativo caso o valor de mercado (bolsa) reduza. O valor nesse caso sofre ajuste apenas para baixo, se o valor de mercado sobre o Cbo não aumenta de valor nos estoques. j. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não são ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas da caixa de outros ativos ou UGCs. O agio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs e se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas: referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então, para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pronta. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que tiver sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. k. Investimentos: O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é controlado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados as mudanças após a aquisição da participação societária. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança por diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo. O investimento manido na Copersucar S.A., na Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar, na Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., na Melhoramentos Bioenergia Ltda., e na Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia conforme demonstrado na Nota 17. l. Ativos biológicos: Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, não tendo nenhuma obrigação legal ou constitutiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições e o plano de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o resarcimento da contribuição definida cujo vencimento esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. m. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou constitutiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. n. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constitutiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. o. Receita operacional: Venda de produtos: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receita pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. As receitas de vendas de etanol são reconhecidas no resultado do exercício baseado na participação, determinada de acordo com a produção do Grupo em relação às outras cooperadas, em conformidade com as definições contábeis do Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986, que refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil. p. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidos de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. q. Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício correntes e diferidos, para Controladora e suas controladas, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, 100% do lucro tributável anual para as atividades rurais e 30% do lucro tributável anual para as demais atividades. Para as controladas Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., Melhoramentos Bioenergia Ltda., e Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excesso de R\$ 240. Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. r. Aspectos ambientais: As instalações da Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.			

7. Combinacão de negócios: Em 30 de junho de 2022, a Companhia Melhoramentos adquiriu 100% do capital social da Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar por R\$ 124.305. Do montante supracitado, R\$ 30.000 foi depositado em conta Escrow, onde o desembolso ocorrerá pós-condições acordadas na negociação e R\$ 12.000 serão com pagamento em 360 dias pós-aquisição, segundo condições acordadas na transação da aquisição. O ágio de R\$ 32.509 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de imobilizado e as economias de escala esperadas da combinação da operações da Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

Em 30 de junho de 2022

Total da contraprestação **124.305**

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa **52.653**

Contas a receber de clientes **20.184**

Estoques **45.741**

Aviso Biológico (nota 12)	87.511	
Impostos a recuperar	21.132	
Adiantamento a fornecedores	71	
Outros créditos	7.637	
Depósitos judiciais	625	
Investimentos (nota 17)	39.368	
Imobilizado (nota 19)	621.613	
Intangível	4.647	
Direito de uso (nota 20)	253.525	
Adiantamento para futuro aumento de capital	(520.000)	
Fornecedores	(42.903)	
Emprestimos e financiamentos (nota 22)	(203.409)	
Instrumentos financeiros derivativos	(15.410)	
Adiantamento de clientes	(6.028)	
Passivos fiscais	(1.173)	
Salários e encargos sociais	(14.170)	
Parcerias a pagar (nota 20)	(247.161)	
Passivos contingentes (nota 27)	(9.310)	
Outras obrigações	(3.347)	
Total de ativos líquidos identificáveis	91.796	
Ágio	32.509	
	124.305	

Os saldos de ativo imobilizado e investimentos inclui os valores com um valor justo de R\$ 109.744.

Passivos contingentes de R\$ 5.828 foi reconhecido para ações judiciais pendentes na qual a Vale do

Paraná S/A Álcool e Açúcar é réu.

Ativo adquirido

Investimentos (nota 17)

Imobilizado (nota 19)

Passivos contingentes (nota 27)

Outras obrigações

Total de ativos líquidos identificáveis

Ágio

13. Impostos a recuperar:

Consolidado

Controladora

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
ICMS a recuperar (i)	62.311	79.376
COFINS a recuperar	27.247	22.202
PIS a recuperar	6.284	5.778
IRPJ a recuperar (ii)	12.222	8.190

★ continuação	Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024 da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
Consolidado											
	31 de março de 2023	31 de março de 2023	Equivalência Patrimonial	Atualização de quotas	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos Destacados	Aquisição de Controlada (nota 7)	Aumento de Capital	31 de março de 2024		
31 de março de 2023	UTE Vale do Paraná Albioma S.A.	34.186	9.401	—	—	(9.000)	—	—	34.587		
	Cooperativas	139	—	80	—	—	—	219	219		
	Copersucar S.A.	102.574	11.995	—	3.276	(29.450)	—	9.414	97.808		
		136.899	21.396	80	3.276	(38.450)		9.414	132.614		
31 de março de 2022	31 de março de 2022	Equivalência Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos Recebidos	Aquisição de Controlada (nota 7)	Aumento de Capital	31 de março de 2023				
31 de março de 2022	UTE Vale do Paraná Albioma S.A.	—	5.264	—	(10.307)	39.229	—	34.186			
	Cooperativas	—	—	—	—	—	139	139			
	Copersucar S.A.	55.539	32.611	—	14.350	(34.000)	—	34.074	102.574		
		55.539	37.875		14.350	(44.307)	39.368	34.074	136.899		
31 de março de 2023	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial		
Vale do Paraná S.A. - Álcool e Açúcar	100,00%	57.006.987.331	1.305.178	1.305.178	669.443	235.233	(81.385)	153.848	153.848		
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	99,96%	50.928.707	119.810	119.810	104.215	24.820	(6.851)	17.969	17.962		
Copersucar S.A.	3,0142%	57.448.753	15.580.580	15.580.580	2.165.728	12.699.553	(12.445.935)	253.618	20.210		
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	5.633	5.633	4.948	184	(29)	155	155		
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	50.000	15	15	7	3	(27)	(24)	(24)		
										192.151	
31 de março de 2024	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial		
Vale do Paraná S.A. - Álcool e Açúcar	100,00%	61.806.987.331	1.525.141	1.525.141	791.792	666.531	(595.891)	90.640	82.283		
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	99,97%	60.019.402	141.563	141.563	125.640	26.784	(7.567)	19.217	19.212		
Copersucar S.A.	2,9963%	62.622.557	16.644.887	16.644.887	2.093.455	59.022.582	(58.724.797)	297.785	7.634		
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	5.617	5.617	5.059	176	(30)	146	146		
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	30.190.000	32.306	32.306	31.450	4.447	(2.752)	1.695	1.695		
										110.970	
31 de março de 2024	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial		
Vale do Paraná S.A. - Álcool e Açúcar	100,00%	57.006.987.331	1.305.178	1.305.178	669.443	235.233	(81.385)	153.848	153.848		
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	99,96%	50.928.707	119.810	119.810	104.215	24.820	(6.851)	17.969	17.962		
Copersucar S.A.	3,0142%	57.448.753	15.580.580	15.580.580	2.165.728	12.699.553	(12.445.935)	253.618	20.210		
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	5.633	5.633	4.948	184	(29)	155	155		
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	50.000	15	15	7	3	(27)	(24)	(24)		
										192.151	
31 de março de 2023	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial		
Vale do Paraná S.A. - Álcool e Açúcar	100,00%	57.006.987.331	1.305.178	1.305.178	669.443	235.233	(81.385)	153.848	153.848		
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	99,96%	50.928.707	119.810	119.810	104.215	24.820	(6.851)	17.969	17.962		
Copersucar S.A.	3,0142%	57.448.753	15.580.580	15.580.580	2.165.728	12.699.553	(12.445.935)	253.618	20.210		
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	5.633	5.633	4.948	184	(29)	155	155		
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	50.000	15	15	7	3	(27)	(24)	(24)		
										192.151	
31 de março de 2023	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial		
Vale do Paraná S.A. - Álcool e Açúcar	100,00%	57.006.987.331	1.305.178	1.305.178	669.443	235.233	(81.385)	153.848	153.848		
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	99,96%	50.928.707	119.810	119.810	104.215	24.820	(6.851)	17.969	17.962		
Copersucar S.A.	3,0142%	57.448.753	15.580.580	15.580.580	2.165.728	12.699.553	(12.445.935)	253.618	20.210		
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	5.633	5.633	4.948	184	(29)	155	155		
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	50.000	15	15	7	3	(27)	(24)	(24)		
										192.151	
31 de março de 2023	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial		
Vale do Paraná S.A. - Álcool e Açúcar	100,00%	57.006.987.331	1.305.178	1.305.178	669.443	235.233	(81.385)	153.848	153.848		
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	99,96%	50.928.707	119.810	119.810	104.215	24.820	(6.851)	17.969	17.962		
Copersucar S.A.	3,0142%	57.448.753	15.580.580	15.580.580	2.165.728	12.699.553	(12.445.935)	253.618	20.210		
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	5.633	5.633	4.948	184	(29)	155	155		
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	50.000	15	15	7	3	(27)	(24)	(24)		
										192.151	
31 de março de 2023	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial		
Vale do Paraná S.A. - Álcool e Açúcar	100,00%	57.006.987.331	1.305.178	1.305.178	669.443	235.233	(81.385)	153.848	153.848		
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	99,96%	50.928.707	119.810	119.810	104.215	24.820	(6.851)	17.969	17.962		
Copersucar S.A.	3,0142%	57.448.753	15.580.580	15.580.580	2.165.728	12.699.553	(12.445.935)	253.618	20.210		
Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda.	100,00%	3.820.000	5.633	5.633	4.948	184	(29)	155	155		
Melhoramentos Bioenergia Ltda.	100,00%	50.000	15	15	7	3	(27)	(24)	(24)		
										192.151	
31 de março de 2023	Participação	Quantidade de ações/quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial		
Vale do Paraná S.A. - Álcool e Açúcar	100,00%	57.006.987.331	1.305.178	1.305.178	669.443	235.233	(81.385)	153.848	153.848		
Melhoramentos Desenv. Imobiliário Ltda.	99,96%	50.928.707	119.810	119.810	104.215	24.820	(6.851)	17.969	17.962		
Copersucar S.A.	3,0142%	57.448.753	15.580.580	15.580.580	2.165.728	12.699.553</					

-continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2024 da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

é aumentar o capital social através de capitalização das reservas estatutárias operacionais, assunto que será deliberado na próxima Assembleia Geral dos Acionistas a ser realizada até o final do mês de julho de 2024. **Reserva de incentivos fiscais:** Refere-se à retenção de parte do lucro líquido do exercício referente à subvenção para investimentos amparados pela Lei Complementar 160/17, relativo às exclusões da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, do ICMS da frota de veículos da Companhia, subvenção para investimentos referentes ao benefício de diferimento de ICMS na comercialização de etanol anidro e hidratado nos anos de 2017 e 2018 e subvenção para investimentos de crédito outorgado de ICMS sob comercialização de etanol hidratado conforme resolução SEFA-PR 1.247/2022. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 07 de junho de 2023, foi deliberada a incorporação ao capital social do saldo desta reserva no montante de R\$ 59.472. **Reserva de reavaliação:** Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, efetuada em 2006 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, correspondendo à contrapartida do novo valor de custo atribuído a esses bens, conforme facultado o item 38 (a) do Pronunciamento Técnico CPC 13. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavalados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

Ajustes de avaliação patrimonial: Refere-se substancialmente aos resultados de avaliação de hedge accounting. São operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como hedge accounting. O saldo é revertido do patrimônio líquido a medida que ocorrem os vencimentos/liquidações.

Dividendos: De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma

do artigo 202 da Lei 6.404/76. As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Lucro do exercício	206.610	293.453
(-) Constituição de reserva legal	10.330	14.673
(-) Constituição de reserva incentivos fiscais	-	59.472
(+) Reavaliação reflexa	492	528
(-) Lucro líquido ajustado	196.772	219.836
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	49.193	54.959
(-) Dividendo pagado	49.193	54.959
(+) Reversão e dividendos não reclamados de exercícios anteriores. Participação dos administradores nos lucros: De acordo com o art. 152 da Lei nº 6.404/76 os Acionistas em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07 de junho de 2023,atribuiram aos administradores participação no lucro no montante de R\$ 11.400 (R\$ 7.900 em 2024).	206.610	293.453

30. Instrumentos financeiros: a. Gestão de riscos financeiros: A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado;

• Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos e políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da cada Companhia. **Divulgações quantitativas adicionais são incluídas a longo prazo nessas demonstrações financeiras.** **b. Estrutura de gerenciamento de risco:** **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas que resulta da dificuldade de cumprimento das obrigações contratuais, que surgem principalmente das recebíveis da Companhia de clientes e fornecedores, sem causar perdas incalculáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa da Companhia e da sua controlada é centrada no relacionamento formalizado com a Copersucar S.A. e com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Álcool e Álcool do Estado de São Paulo. O direcionamento dos negócios "Cooperativa/Cooperados" é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias establecidas, visando manter os resultados esperados. A administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, o que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem de Companhia e suas controladas é de lidar com o risco de liquidez de maneira possível, que sempre é feita de forma a garantir a capacidade de cumprir com suas obrigações contratuais e de restar-se, sem causar perdas incalculáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Os empréstimos contratados pela Companhia e suas controladas são em moeda nacional, não ficando expostos a risco de câmbio ou instabilidade internacional. **Risco de taxa de juros:** Decorrer da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a carteira de investimentos. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, baseado em indicadores de desempenho definindo as responsabilidades operacionais e monitora as diversas áreas, priorizando produtividade, segurança, respeito ao meio ambiente e lucratividade, agregados ao desenvolvimento de habilidades e capacitação de seus colaboradores. Este conjunto de valores permite que a gestão operacional da Companhia e das suas controladas maximize os resultados pretendidos. Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e das suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e da sua controlada. O objetivo da Companhia e da sua controlada é gerenciar e controlar os riscos de forma a minimizar a exposição ao risco, reforçar a confiança da Companhia e suas controladas e buscar eficiência de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e da sua controlada para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo a avaliação de riscos de liquidez. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo elas: contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos (swap). Durante o exercício findo de 31 de março de 2024, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

Consolidado

	Ativos financeiros	Ativos financeiros
	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
	por meio do resultado	por meio de outros abrangentes
Ativos		
Caixa e Equivalentes de caixa	8	-
Aplicações Financeiras	8	-
Contas a receber de clientes	9	-
Contas correntes - Cooperativa	10	-
Instrumentos financeiros derivativos	23	-
Outros investimentos	16	3.929
Depósitos judiciais	27	-
Outros créditos	14	-
	3.929	58.609
Passivo		
Passivo financeiro pelo resultado	21	137.208
Passivo financeiro pelo resultado	22	2.034.817
Financiamentos - Cooperativa	24	6.878
Parcerias agrícolas a pagar	20	655.128
Instrumentos financeiros derivativos	23	-
Outras obrigações	26	17.737
	2.851.768	957
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros abrangentes
Ativos	Ativos financeiros	Ativos financeiros
mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo	mensurados ao valor justo
por meio do resultado	por meio de outros abrangentes	por meio de outros

CAIUÁ PARTICIPAÇÕES EM AGRONEGÓCIOS S/A

CNPJ/MF nº 61.083.002/0001-86

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em obediência às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das sociedades por ações, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/03/2024 acompanhados das Notas Explicativas. **Resultado do Exercício**: O lucro do exercício de R\$ 195.387.096,88 apóia a constituição da reserva legal de R\$ 9.769.354,84 e a reversão de reserva de reavaliação reflexa em empresas controladas.

Balancos Patrimoniais em 31 de Março de 2024 e 31 de Março de 2023 (Em milhares de Reais)									
Ativo	Consolidado					Controladora			
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023	Nota	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Passivo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.982	5.065	1.249	1.213				
Aplicações financeiras	8	577.098	596.159	—	—				
Contas a receber de clientes	9	14.877	11.007	—	—				
Contas correntes - Cooperativa	10	44.603	36.052	—	—				
Estoques	11	193.149	203.632	—	—				
Ativo biológico	12	332.398	294.313	—	—				
Impostos a recuperar	13	81.153	78.966	67	128				
Adiantamento a fornecedores	14	8.221	13.443	46.450	51.881				
Outros créditos	14	11.309	5.267	—	—				
Total do ativo circulante	1.266.501	1.243.904	47.766	53.222					
Não Circulante									
Aplicações financeiras	8	35.552	32.314	—	—				
Contas a receber de clientes	9	13.456	10.759	—	—				
Estoques	11	48.535	41.588	—	—				
Depósitos judiciais	27	21.375	21.302	367	367				
Impostos a recuperar	13	31.080	42.824	—	—				
Outros investimentos	16	3.929	3.929	—	—				
Outros créditos	14	4.775	5.967	—	—				
Instrumentos financeiros derivativos	23	58.609	52.819	—	—				
Tributos diferidos	15	213.184	216.308	16	—				
Investimentos	17	132.614	136.899	1.152.703	1.039.812				
Propriedade para investimentos	18	103.455	102.789	—	—				
Imobilizado	19	1.817.931	1.612.792	—	—				
Direito de uso	20	646.786	564.421	—	—				
Intangível	36.540	36.896	—	—					
Total do ativo não circulante	3.167.821	2.881.607	1.153.086	1.040.179					
Total do ativo	4.434.322	4.125.511	1.200.852	1.093.401					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

de R\$ 324.889,00, apurou-se um lucro final de R\$ 185.942.631,04. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 46.485.657,76. O saldo remanescente de lucros acumulados de R\$ 139.456.973,28 foram destinados para a reserva de lucros/reserva estatutária operacional. A Administração propõe aumentar o capital social em R\$ 3.750.000,00 por meio de parte da reserva de lucros/reserva estatutária de equivalência patrimonial, em atendimento ao quanto previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 4º da Cláusula 27 do

Estatuto Social da Companhia. Todos os assuntos relacionados ao balanço, demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, demonstrações financeiras estas, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, serão discutidos na próxima Assembleia Geral dos Acionistas.

A Administração

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Março (Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado				Controladora			
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023	Nota	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024
Passivo								
Fornecedores	21	137.079	100.144	—	1			
Empréstimos e financiamentos	22	446.161	407.947	—	—			
Financiamentos - Cooperativa	24	973	1.132	—	—			
Adiantamento de clientes	28	82	33.844	—	—			
Imposto de renda e contribuição social a pagar	25	289	288	—	1			
Passivos fiscais	25	16.875	11.195	1	76			
Salários e encargos sociais	46.083	28.757	—	—	—			
Dividendos a pagar	29	49.810	55.551	46.486	51.859			
Parcerias agrícolas a pagar	20	90.346	86.125	—	—			
Outras obrigações	26	17.737	29.679	—	—			
Total do passivo circulante	805.434	754.652	46.487	51.937				
Fornecedores	21	130	397	—	—			
Empréstimos e financiamentos	22	1.588.656	1.525.371	—	—			
Instrumentos financeiros derivativos	22	957	—	—	—			
Financiamentos - Cooperativa	24	5.905	6.866	—	—			
Imposto de renda e contribuição social a pagar	24	14.915	14.915	—	—			
Provisão para contingências	25	26.446	68.406	537	537			
Passivos fiscais	27	564.720	493.909	—	—			
Parcerias agrícolas a pagar	20	16.523	11.955	—	—			
Outras Obrigações	15	16.523	11.955	6.108	6.108			
Total do passivo não circulante	2.413.052	2.274.316	6.645	6.645				
Total do passivo	3.218.487	3.028.968	53.132	58.582				
Capital social	29	608.250	476.750	608.250	476.750			
Reservas de reavaliação	734	1.059	734	1.059				
Reservas de lucros	625.941	608.214	625.941	608.214				
Ajuste de avaliação patrimonial	(87.205)	(51.204)	(87.205)	(51.204)				
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.147.720	1.034.819	1.147.720	1.034.819				
Participações de não controladores	68.115	61.724	—	—				
Total do patrimônio líquido	1.215.835	1.096.543	1.147.720	1.034.819				
Total do passivo e patrimônio líquido	4.434.322	4.125.511	1.200.852	1.093.401				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Março de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
Capital Social	Reserva de Reavaliação	Legal	Reservas de lucros						
			Incentivos Fiscais Reflexiva	Estatutária de Equivalência Patrimonial	Lucros Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total Atribuível aos Controladores	Participação de não Controladores	Total
Saldo em 31 de março de 2022	350.000	1.408	51.342</td						

•continuação Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2024 da Caíá Participações em Agronegócios S/A (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

não controladoras na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. f. **Imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico da aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. (ii) **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse é o método que mais perfeita reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e suas controladas irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais para o período corrente são as seguintes:

Média ponderada

Consolidado

Equipamentos agrícolas	7%
Construções e instalações	2%
Equipamentos de escritório	8%
Equipamentos de transporte	6%
Equipamentos técnicos	4%
Plantas portadoras	17%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. No exercício, não houve alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado g. **Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como receita operacional. h. **Parcerias agrícolas e arrendamentos:** Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: *pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber); *pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; *valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; *o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; *pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento reflectir o arrendatário exercendo a opção de rescisão do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implicita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo: sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; *usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e * faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: * o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; * quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; * quaisquer custos diretos iniciais; e * custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados a longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **Opcões de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendatário. i. **Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produzidos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Os moveis a comercializar são avaliados ao custo da aquisição. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos das despesas com vendas. A Companhia e suas controladas realizam anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados durante a safra seguinte. Referente a créditos de descarbonização (CBios), o reconhecimento é inicial e é valor justo menos despesas de venda. Após o reconhecimento inicial o Cbio passa a seguir o CPC 16 de estoques, com avaliação do *impairment* desse ativo caso o valor de mercado (bolsa) reduza. O valor nesse caso sofre ajuste apenas para baixo, se o valor de mercado sobre o Cbio não aumenta de valor nos estoques. j. **Redução ao valor recuperável (impairment):** (iv) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo. Entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução do qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de renda não tivesse sido reconhecida. k. **Investimentos:** O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados as mudanças após a aquisição da participação societária. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela das variações ocorridas e divulgará esse fatto, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorre perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia passa a reconhecer o investimento a valor justo. O investimento na Copersucar S.A., na Companhia Melhoramentos Nortes do Paraná e Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar, na Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., na Melhoramentos Bioenergia Ltda. e Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda. e na UTE Vale do Paraná Albioma S/A, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data base da Companhia conforme demonstrado na Nota 17. l. **Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana-de-açúcar em pe é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte. m. **Benefícios a empregados:** (i) **Plano de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou constitutiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições e o plano de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o resarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. (ii) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou constitutiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. n. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constitutiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. o. **Receta operacional:** Venda de produtos: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. As receitas de vendas de açúcar e etanol são reconhecidas no resultado do exercício baseado na participação, determinada de acordo com a produção do Grupo em relação às outras cooperadas, em conformidade com as definições contábeis do Parecer Normativo CST nº 66, de 5/09/1996, que refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil. p. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. q. **Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente e diferido, para a Controladora e suas controladas, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, 100% do lucro tributável anual para as atividades rurais e 30% do lucro tributável anual para as demais atividades. Para as Controladas Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., Melhoramentos Bioenergia Ltda. e Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e contribuição social, respectivamente. Imposto de renda - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável do adicional de 10% sobre o excesso de R\$ 240. Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda, descontos e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja rendimento legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias de ativos e passivos não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. r. **Aspectos ambientais:** As instalações da Companhia e suas controladas estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. 7. **Combinação de Negócios:** Em 30 de junho 2022, a Companhia Melhoramentos adquiriu 100% do capital social do Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar por R\$ 124.305. Do montante supracitado, R\$ 30.000 foi depositado em conta Escrow, onde o desembolso ocorrerá pós condições acordadas na negociação e R\$ 12.000 serão com pagamento em 360 dias pós aquisição, seguindo condições acordadas na transação da aquisição. O ágio de R\$ 32.509 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de imobilizado e às economias de escala esperadas da combinação das operações da Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos

junho 2022, a Companhia Melhoramentos adquiriu 100% do capital social do Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar por R\$ 124.305. Do montante supracitado, R\$ 30.000 foi depositado em conta Escrow, onde o desembolso ocorrerá pós condições acordadas na negociação e R\$ 12.000 serão com pagamento em 360 dias pós aquisição, seguindo condições acordadas na transação da aquisição. O ágio de R\$ 32.509 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de imobilizado e às economias de escala esperadas da combinação das operações da Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos

junho 2022, a Companhia Melhoramentos adquiriu 100% do capital social do Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar por R\$ 124.305. Do montante supracitado, R\$ 30.000 foi depositado em conta Escrow, onde o desembolso ocorrerá pós condições acordadas na negociação e R\$ 12.000 serão com pagamento em 360 dias pós aquisição, seguindo condições acordadas na transação da aquisição. O ágio de R\$ 32.509 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de imobilizado e às economias de escala esperadas da combinação das operações da Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos

junho 2022, a Companhia Melhoramentos adquiriu 100% do capital social do Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar por R\$ 124.305. Do montante supracitado, R\$ 30.000 foi depositado em conta Escrow, onde o desembolso ocorrerá pós condições acordadas na negociação e R\$ 12.000 serão com pagamento em 360 dias pós aquisição, seguindo condições acordadas na transação da aquisição. O ágio de R\$ 32.509 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de imobilizado e às economias de escala esperadas da combinação das operações da Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos

junho 2022, a Companhia Melhoramentos adquiriu 100% do capital social do Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar por R\$ 124.305. Do montante supracitado, R\$ 30.000 foi depositado em conta Escrow, onde o desembolso ocorrerá pós condições acordadas na negociação e R\$ 12.000 serão com pagamento em 360 dias pós aquisição, seguindo condições acordadas na transação da aquisição. O ágio de R\$ 32.509 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de imobilizado e às economias de escala esperadas da combinação das operações da Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos

junho 2022, a Companhia Melhoramentos adquiriu 100% do capital social do Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar por R\$ 124.305. Do montante supracitado, R\$ 30.000 foi depositado em conta Escrow, onde o desembolso ocorrerá pós condições acordadas na negociação e R\$ 12.000 serão com pagamento em 360 dias pós aquisição, seguindo condições acordadas na transação da aquisição. O ágio de R\$ 32.509 que surge da aquisição é atribuível à base adquirida de imobilizado e às economias de escala esperadas da combinação das operações da Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar e os valores dos ativos

*continuação Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2024 da Caiá Participações em Agronegócios S/A (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Propriedade para investimentos: Refere-se a diversos lotes urbanos da controlada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná localizados em pontos estratégicos do Município de Cianorte, Estado do Paraná, que estavam classificados como estoques no ativo não circulante e foram transferidos para a rubrica propriedade para investimentos, com objetivo de valorização do capital ao longo do tempo, passando a mensuração ser pelo seu valor justo, conforme parecer de avaliação a valor justo para fins de determinação dos ativos registrados como Propriedade para Investimentos, emitido por empresa especializada. Os lotes urbanos foram valorizados pelo método comparativo de dados de mercado e características. O critério adotado foi o da comparação entre eventos similares localizados na mesma região onde se encontram os lotes em questão. Os valores apresentados representam o valor justo, que é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado.

	Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Saldo em 1º de janeiro	102.789	91.784
Reclassificação de estoques	—	512
Aquisição	413	10.359
Alteração do valor justo	672	308
(Depreciação)	(419)	(174)
Saldo em 31 de março	103.455	102.963

19. Imobilizado:

	Terras	Construções e instalações	Escrítorio	Transporte	Técnicos	Agrícolas	Plantas portadoras	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2022	19.693	43.646	4.002	36.928	191.926	107.619	316.535	134.677	855.026
Custo total	19.693	67.597	15.299	56.849	366.934	194.450	775.065	134.677	1.632.364
Depreciação acumulada	—	(23.951)	(11.297)	(21.721)	(175.008)	(66.831)	(458.530)	—	(777.338)
Saldos em 31 de março de 2022	19.693	43.646	4.002	36.928	191.926	107.619	316.535	134.677	855.026
Aquisições - por investimento	3.143	34.997	1.401	39.844	219.406	89.187	221.164	12.471	621.613
Aquisições	—	211	631	16.372	5.385	49.659	208.308	50.336	330.902
Transferências	—	21.919	647	464	122.682	12.213	—	(157.925)	—
Baixas	(3)	(805)	(37)	(3.033)	(14.543)	(22.588)	(786)	(208)	(42.003)
Depreciação	—	(2.357)	(1.366)	(6.107)	(21.148)	(18.075)	(103.693)	—	(152.746)
Saldos em 31 de março de 2023	22.833	97.611	5.278	84.468	503.708	218.015	641.528	39.351	1.612.792
Custo total	22.833	123.919	17.941	112.296	699.864	322.921	1.203.751	39.351	2.542.876
Depreciação acumulada	—	(26.308)	(12.663)	(27.828)	(196.156)	(104.906)	(562.223)	—	(930.840)
Saldos em 31 de março de 2023	22.833	97.611	5.278	84.468	503.708	218.015	641.528	39.351	1.612.792
Aquisições	—	289	1.107	16.163	13.243	59.719	267.948	63.028	421.497
Transferências	—	3.492	(346)	770	13.466	8.513	—	(25.895)	—
Baixas	—	(87)	(127)	(3.194)	(849)	(1.895)	(3.606)	(428)	(10.186)
Depreciação	—	(3.182)	(872)	(11.900)	(33.192)	(32.076)	(124.950)	—	(206.172)
Saldos em 31 de março de 2024	22.833	98.123	5.040	86.307	496.376	252.276	780.920	76.056	1.817.931
Custo total	22.833	127.613	18.575	126.035	725.724	369.258	1.468.093	76.056	2.954.187
Depreciação acumulada	—	(29.490)	(13.535)	(39.728)	(229.348)	(136.982)	(687.173)	—	(1.136.256)
Saldos em 31 de março de 2024	22.833	98.123	5.040	86.307	496.376	252.276	780.920	76.056	1.817.931

Garantia: Os bens do ativo imobilizado da Controlada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná foram cedidos em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 22. **Análise do valor de recuperação:** De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas avaliam em 31 de Março de 2024 os indicativos e concluirão não haver necessidade de determinação do valor recuperável - teste de *impairment*. **Depreciação do exercício:** Do montante de R\$ 128.625 de depreciação do período (122.998 em 2023), R\$ 127.815 foi apropriado nos custos de produção (122.121 em 2023) e R\$ 810 como despesas administrativas (877 em 2023). **Capitalização de juros:** Para o exercício de 2023, foi contabilizado no ativo imobilizado da Companhia, o montante de R\$ 19.000 referente a capitalização de juros de aquisição do imobilizado. Essa transação não afeta o caixa da Companhia. **Imobilizado em andamento:** Refere-se substancialmente à construção de uma fábrica de açúcar na unidade de Nova Londrina-PR e aumento da capacidade de produção de açúcar na controlada Vale do Paraná S/A - Álcool e Açúcar.

20. Direito de uso e parcerias agrícolas a pagar: A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

	Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Saldo inicial	564.421	354.925
Adições por investimentos	—	253.525
Adições por novos contratos	157.341	55.948
Atualização contratual	22.823	(18.038)
Depreciação	(97.799)	(81.939)
Saldo em 31 de março 2023	646.786	564.421
Vida útil (anos)	11,85	12,43

A movimentação das parcerias agrícolas a pagar foi a seguinte:

	Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Saldo dos compromissos de parcerias	612.140	365.377
Saldo dos adiantamentos agrícolas	(10.911)	(235.852)
Saldo em 31 de março de 2022	564.421	354.925
Adições por investimentos	332.552	—
Adição/compensação de adiantamentos	—	(6.011)
Adições por novos contratos	86.007	(30.059)
Atualização contratual	(14.416)	(3.622)
Pagamentos efetuados	(112.036)	—
Apropriação de encargos financeiros	—	45.753
Saldo em 31 de março de 2023	904.247	(16.922)
Adição/compensação de adiantamentos	—	(16.876)
Adições por novos contratos	300.464	(143.310)
Atualização contratual	(24.392)	47.477
Pagamentos efetuados	(148.176)	—
Apropriação de encargos financeiros	—	61.787
Saldo em 31 de março de 2024	1.032.143	(33.798)

Para algumas operações financeiras contratadas pela controlada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, estão atreladas ao cumprimento de indicadores financeiros (covenants), conforme demonstrado na nota explicativa 30.

23. Instrumentos financeiros derivativos: Para mitigação dos efeitos inflacionários em operação de Debêntures, a controlada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, contraíram-se seguras operações de Swaps para troca de taxas e indexadores: (i) Swaps de Fluxo de Caixa, indexada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 0,90% a.a. em substituição à taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações e de Espécie Quinquiagrária, com atualização monetária pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplio - IPCA mais 13,13% a.a.. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 325 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplio - IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (sete) anos e 6 (seis) meses, e vencimento em 15 de junho de 2029. A controlada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná optou pela utilização da contabilidade de hedge (hedge accounting), conforme CPC 48 para a contabilização desse instrumento financeiro. Foram realizados testes prospectivos de eficácia e efetividade que demonstraram que o instrumento designado para hedge é altamente efetivo em sua cobertura. As exposições dos riscos estão apresentadas na nota explicativa nº 30. Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge são classificados como "valor justo por meio do resultado" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

24. Financiamentos - Cooperação:

	Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Financiamentos Cooperativa	6.878	7.995
Circulante	973	1.132
Não Circulante	5.905	6.863
	6.878	7.995

Referem-se a recursos finanziados junto à Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, garantidos por aval da Controladora Caiá Participações em Agronegócios S.A., cartas de fianças e notas promissórias, sendo R\$ 973 mil com taxa de juros de 100% da variação da SELIC e R\$ 5.905 mil sem juros e com vencimento em 2024 a 2026.

25. Passivos fiscais:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Contrib. s/produção rural	10.441	6.865	—	—
ITR	2.286	1.78		

